



SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO  
ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH



<b>ATA DE REUNIÃO</b>	ATA Nº 03/2021	Data – Reunião
		05/07/2021
		Horário: 09h35.
Local da Reunião: sala de treinamento		Pág. 1 de 3
<b>ASSUNTOS DA REUNIÃO</b>		
1) Deliberações sobre o acordo coletivo		
<b>PRESENTES</b>		
<b><u>Nomes</u></b>	<b>Setor</b>	<b>Rubrica</b>
Fernando Cesar Ramos Parente Alfredo Jukio Fernando Fernandes Felipe Nadr Almeida El Rafihi Marivaldo Vaz Rodrigues Luiz Gustavo Rogério Braga Edvaldo Gomes de Oliveira Mércia Cristina Nasiasene Lins Cavalcanti Risomar Miguel dos Santos Lourisval Nunes de Sousa Francisco Paulino de Assis Haroldo Lopes Lacerda	SOPH/DIRPRE SOPH/DFO SOPH/COOJUR SOPH/COOJUR SOPH/DICONF SOPH/SEST SOPH/SRH SOPH/DICONF SOPH/GP SOPH/GP SINDPORTO SINDPORTO	
<b>DISTRIBUIÇÃO</b>		
GAB/ DIRPRE/ DFO/ SECONI/ COOJUR/ DICONF/ GP/ SEST/ SRH/ SINDPORTO		
<b>Ata preparada por:</b> Rafaela Schuindt		
<b>Ata aprovada por:</b> Pelos Presentes		
DATA: 05/07/2021		
<b>ASSUNTOS TRATADOS</b>		
1. Avaliação da proposta de acordo coletivo		



### **JUSTIFICATIVA DOS ASSUNTOS TRATADOS**

Considerando a necessidade da realização do Acordo Coletivo Anual, os presentes estiveram reunidos para deliberação da proposta do SINDPORTO e da contraproposta da SOPH.

### **DELIBERAÇÃO**

Ficou deliberado com aprovação dos presentes que:

1. O Dr. Haroldo fez uma breve explanação sobre a reunião anterior e sugeriu que não seja decidido pelo dissídio, via judicialmente. Falou da proposta da diretoria que implica diretamente em hora extra de 50% e os pagamentos adicional de feriado, fixado em 100%. Alega que não há consistência na proposta em vista de condenações futuras de forma cumulada sobre todas essas verbas em razão de ferir a norma vigente, criando uma condição desfavorável futuramente;
2. Relatou a dificuldade de conseguir obter dados da folha no Portal da Transparência e solicitou a entrega destes documentos de forma impressa;
3. Falou de dois pontos que necessitam ser definidos neste momento como: alteração do adicional risco de 30 para 40% e do acúmulo de função dos efetivos;
4. Pontuou sobre a necessidade desses pontos, que caso sejam decididos por dissídio, o reflexo das verbas trabalhistas será em cima dos últimos 5 anos para todos os servidores sobre todos os rendimentos, gerando um impacto muito maior para a empresa. Sugeriu que tais pontos sejam estabelecidos em acordo coletivo, pois alguns pontos já são pacificados pelo TST;
5. O presidente do Porto, falou sobre a transparência da empresa atualmente, com intuito de cumprir os compromissos fielmente. Afirmou que todas as despesas não podem ser pagas hoje na forma integral e que a empresa não basta suprir a necessidade de hoje, mas de futuro. Relatou que a empresa pública estava com furos nas contas, com muitos contratos em atraso e que tudo isso foi colocado em dia entre 2019 e 2020. Relatou o déficit do ano anterior de R\$ 1.200.000,00 e a previsão de 2021 é chegar a metade deste valor. Afirmou que todos os funcionários precisam fazer sacrifícios no momento, ainda que o FGTS e o salário esteja sendo pago em dia, não é garantia que a empresa esteja com as contas equilibradas. Existem limitações que impedem a assinatura do acordo. Compreende que a proposta está longe daquilo que gostariam de apresentar, porém, é aquilo que é viável no momento. Afirmou ainda que o Portal da Transparência está atualizado, uma vez que ele mesmo gera no sistema a folha de pagamento, mas que os dados poderão ser apresentados, sem nenhum problema. Afirmou ainda que não tem nenhum interesse pessoal na proposta apresentada, porém a decisões de agora vão refletir na própria existência da empresa.
6. Dr. Haroldo propôs realizar o acordo não levaria a dissídio os temas que poderiam beneficiar apenas os funcionários e prejudicar a empresa, de forma a depender de um terceiro personagem para definição e evitando assim, a aplicação de uma multa. Considerando, mantém o que está estabelecido no acordo anterior e não leva o tema para dissídio. A reposição salarial em 8% é importante para dar poder de compra ao trabalhador que não consegue comprar os mesmos alimentos para sua subsistência que comprava um ano atrás. Outra opção seria: tirar o reajuste salarial previsto, mas mantém o ajuste no vale-alimentação.
7. O presidente afirmou que precisa conversar com a DIREX para deliberar e sugeriu marcar uma nova reunião na terça-feira, 06 de julho de 2021 às 9h00.
8. O Dr. Fernando Fernandes falou concordando com o Dr. Haroldo sobre o dissídio e a falta de controle sobre a decisão de um terceiro. Ponderou sobre a proposta de manutenção daquilo que está estipulado hoje e que agora depende da discricionariedade da DIREX. Afirmou que o litígio não é razoável em função da imprevisibilidade de decisões futuras.
9. Mércia falou que os comissionados ganham muito mais que os efetivos e que no momento de



## SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH



- um reajuste, os efetivos têm que abrir mão de pequenos benefícios. Relatou que a diretoria anterior teve condições de equiparar os salários e não o fez. Afirmou que se sente injustiçada.
10. O presidente falou que as distorções salariais são anteriores à gestão atual e que já foi proposto à Casa Civil o ajuste e que depende da ALE/RO aprovar em forma de Lei.
  11. Nunes afirmou que nesse formato, a empresa está sempre cobrando do funcionário e não chega no momento da solução.
  12. O presidente afirmou ainda que é preciso refletir sobre as decisões positivas que a diretoria já tomou.
  13. Luiz Gustavo relatou sobre a criação dos cargos e salários que foi aprovado pela ALE/RO e que ainda quando da chegada dos efetivos ao quadro, ainda que houvesse a progressão funcional, alguns itens foram aprovados via CONSUP.
  14. Dr. Fernando Fernandes, afirmou que a alteração salarial da diretoria foi aprovada pelo CONSUP, porém o quadro dos GAPs depende realmente de uma lei aprovada na ALE.
  15. Dr. Haroldo relatou que este tópico é recorrente e da mesma maneira que foi possível aumentar via CONSUP, é possível reduzir, de forma a enxugar para conseguir atender as demandas dos efetivos.
  16. O presidente falou sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal será adicionado ao estatuto da empresa e aquilo que for possível ser feito para dar equilíbrio à empresa, será.
  17. Sr. Alfredo falou que a tratativa do tema não deixou de ser uma pauta viável.
  18. Marivaldo falou das pressões do Tribunal de Contas sobre a liquidez e solvência da empresa, levando em consideração o cenário desfavorável em razão de que na visão da Secretaria de Finanças teria de haver um corte de 30% do quadro atual. Avaliou que deve ser pensado na manutenção de postos de trabalho. Existe hoje um padrão de 3 perfis: funcionários da Portobras, efetivos contratados no último concurso e os comissionados. A decisão aqui não se trata apenas de ajudar a atual diretoria, mas da própria manutenção da subsistência.
  19. Sr. Alfredo falou que o exercício atual apresenta um déficit de R\$ 300 mil e que se a operação do fertilizante não tivesse saído daqui, seria possível conceder o tal ajuste do acordo coletivo.
  20. O presidente citou outras empresas, que desde 2019, começaram a operar, mas que logo deixaram de movimentar cargas no Porto por diversas razões.

**SEM ANEXOS**